

FERNANDO SOUZA

ENCONTRO
AdUFRJ faz café da manhã com aposentados. Ex-reitor Polillo, de 95 anos, encanta plateia.

Páginas 12 e 13

PLURAIS: ADUFRJ PUBLICA ENCARTE SOBRE DIVERSIDADE

Páginas 9 a 15

FOTOS: ZÔ GUIMARÃES



AdUFRJ entrega carta com demandas aos reitoráveis

Melhoria das condições do trabalho docente, pagamentos de adicionais de insalubridade, autorização para progressões múltiplas e melhoria do atendimento na pró-reitoria de Pessoal (PR-4) estão entre as reivindicações listadas na carta que a diretoria da AdUFRJ entregou às duas chapas que concorrem à reitoria. A semana política foi agitada nos campi, com três debates e muitas visitas dos candidatos. As eleições serão nos dias 25, 26 e 27 de abril. **PÁGINAS 2, 3, 4 e 5**

ALESSANDRO COSTA



DEBATES AGITAM ELEIÇÃO DO ANDES

Encontros nacionais e regionais acentuaram as diferenças entre as três chapas que disputam direção do Sindicato Nacional. Na UFRJ, o debate ocorreu na Praia Vermelha, com a mediação da AdUFRJ

PÁGINAS 6 E 7

CAR@S CANDIDAT@S À REITORIA DA UFRJ,

A AdUFRJ saúda as duas chapas e celebra o diálogo entre as diferentes visões de universidade. Reconhecemos o compromisso histórico das duas candidaturas com a universidade pública, gratuita e de qualidade, e por isso apresentamos aqui uma série de reivindicações, todas com o mesmo espírito: valorizar o trabalho docente.

Hoje, a AdUFRJ tem quase quatro mil associados, entre professores da ativa e aposentados, uma plêiade múltipla e diversa de docentes que diuturnamente enfrentam o desassossego e a insegurança de instalações precárias, perdas salariais, e políticas erráticas de pessoal.

As solicitações ora apresentadas pela diretoria da AdUFRJ incluem desde a melhoria das condições de trabalho e infraestrutura dos campi até posturas mais acolhedoras e eficientes da Administração Central. Acreditamos que respeitar a universidade é também valorizar o professor, e estamos convencidos de que ainda há muito o que fazer pelos docentes da UFRJ.

ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE, DE RADIAÇÃO

- Que a UFRJ se abstenha de promover cortes nos adicionais ocupacionais (de insalubridade, periculosidade, de radiação) quando há alteração na função ou lotação docente;
- Que os laudos levem em consideração as especificidades dos trabalhos docentes e sigam as Normas Regulamentares que tratam das situações nocivas;
- Que os órgãos competentes da UFRJ apreciem todos os pedidos de contagem de tempo especial exercido pelos docentes e expeçam a documentação pertinente para a averbação dos respectivos tempos de trabalho (exercidos em condições nocivas) nos mapas de tempo de serviço dos integrantes da categoria.

PROGRESSÕES E PROMOÇÕES DOCENTES

- Que a Reitoria defenda a revogação das regras atuais;
- Que a Reitoria reconheça a retroação dos efeitos das progressões e promoções desde quando reconhecido o cumprimento dos requisitos;
- Que os efeitos da progressão sejam concedidos independentemente da data de aprovação do pedido ou da avaliação dos respectivos relatórios de atividades. Entendemos, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outros Tribunais do País, que esses direitos se referem tanto aos efeitos acadêmicos como aos efeitos financeiros;
- Que a Reitoria reconheça a possibilidade de os professores apresentarem suas progressões e promoções de forma acumulada;
- Que a Reitoria defenda o reposicionamento dos professores nos respectivos níveis de direito, desde quando reconhecidos os efeitos de suas progressões/promoções.

Vale destacar que a AdUFRJ move uma série de processos com pedido de revisão judicial desde 2019 e, portanto, anteriores à mudança nas regras internas da universidade.

PEDIDOS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO, DE APOSENTADORIA E DE ABONO DE PERMANÊNCIA

A categoria docente também tem enfrentado muitas dificuldades em relação a seus pedidos de contagem de tempo de serviço, concessão de abono de permanência e de aposentadoria. Os procedimentos têm sido longos (demoram muitos meses e não permitem que as unidades possam ser organizadas em relação às substituições dos antigos professores) e há muitas dificuldades de obtenção de informações pelos órgãos da Universidade.

- Que a reitoria se empenhe em definir diretrizes em relação à célere apreciação desses pedidos;
- Que os integrantes dos órgãos da Universidade sejam treinados em relação às diferentes regras de aposentadoria e os reflexos em relação a cada opção de aposentadoria na vida do servidor;
- Que os servidores que lidam com estes pedidos sejam preparados para repassar todas as informações pertinentes aos servidores da Universidade que façam esses pedidos. Trata-se de momento de transição de vida destes trabalhadores e que deve contar com a sensibilidade e acolhimento da Universidade em relação àqueles que fizeram uma opção de vida de dedicação ao serviço público por longos anos.

PROCURADORIA DA UFRJ E DA DEFESA DA CATEGORIA DOCENTE

Entendemos, por fim, que é fundamental que a Procuradoria da UFRJ tenha procuradores alinhados com a defesa da categoria docente em relação aos seus direitos e prerrogativas. Também é fundamental que a Procuradoria zele por conferir efetividade às decisões judiciais obtidas pelos docentes (temos acompanhado muitas dificuldades no cumprimento de decisões judiciais).

Saudações cordiais,
Diretoria da AdUFRJ
(Biênio 2021-2023)



Carta aos reitoráveis expõe dramas cotidianos na UFRJ

> Diferentes regras para a aposentadoria, não pagamento de adicionais ocupacionais e restrições a progressões e promoções são problemas recorrentes que chegam ao jurídico do sindicato

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

A carta da AdUFRJ entregue aos reitoráveis, no dia 11, reflete as principais demandas dos professores que procuram a assessoria jurídica do sindicato. Não são poucos os problemas. Os plantões cheios são indicadores claros de que as questões trabalhistas escalaram a um nível insuportável na maior universidade federal do país. Nos últimos anos, a reboque de orientações normativas, decretos ou portarias dos governos Temer e Bolsonaro, a burocracia universitária também adotou procedimentos que restringem direitos dos docentes.

A diretoria da AdUFRJ realizou várias reuniões com a administração central para tentar resolver o problema dos adicionais ocupacionais de forma administrativa. Sem sucesso.

Os docentes sofrem o corte quando há qualquer alteração funcional, como quando assumem algum cargo de chefia ou coordenação. E isso ocorre sem a elaboração de um novo laudo e com a continuidade do trabalho realizado nas mesmas condições de antes do novo cargo.

A falta de infraestrutura dos órgãos da universidade responsáveis pela elaboração dos laudos contribui para a ampliação do drama docente. Sem os equipamentos necessários, os pareceres são inconclusivos.

As atuais interpretações em relação às exposições nocivas dos professores não são compatíveis com as especificidades da carreira. Mas o problema não para por aí. Há casos em que os laudos negam os adicionais, mesmo quando as Normas Regulamentares vigentes reconhecem o direito, independentemente da aferição quantitativa dos agentes.

A perda — ou não concessão dos — adicionais tem um duplo impacto na carreira docente. Sem eles, os professores não conseguem obter a contagem de tempo de serviço especial e não podem se aposentar mais cedo, se quiserem.

Um conjunto de regras da universidade, nos últimos anos, tem limitado os efeitos financeiros e acadêmicos das progressões e promoções. A gota d'água

foi a resolução do Conselho Universitário do dia 24 de novembro passado, que restringiu os efeitos à data da aprovação na comissão avaliadora. Quando ela ocorre antes do interstício sob análise — os relatórios de atividades podem ser apresentados 60 dias antes do término para a maioria das classes e 90 dias antes, nas promoções para a classe de titular —, a data passa a ser a do fim do período avaliado. Antes, os efeitos já contavam desde a data do pedido feito por cada professor. A assessoria jurídica da AdUFRJ defende um ponto de vista ainda mais amplo.

“Entendemos que qualquer professor tem direito ao reconhecimento de suas progressões e promoções, desde que cumpridos os respectivos interstícios, e ainda que seus pedidos sejam apresentados em momento futuro”, afirma a assessora jurídica da AdUFRJ, Ana Luísa Palmisciano. “As avaliações, mesmo as feitas após o interstício, apenas ratificam uma produção acadêmica e um tempo exercido pelo professor na universidade”, completa.

Com base no mesmo argumento, a AdUFRJ também reivindica a possibilidade de apresentação deste pedido de forma múltipla ou sequencial, quando os docentes acumulam mais de um interstício de trabalho.

Desde a reforma da previdência promovida pela Emenda Constitucional 20/1998, os servidores podem ter que optar, a depender da data de ingresso no serviço público, por um conjunto de diferentes regras

de aposentadoria. Tais regras afetam os valores finais dos proventos de aposentadoria bem como a forma de reajuste destes proventos. Ou seja, trata-se de uma opção, pelo servidor, que impacta os valores finais de aposentadoria (por média, média aritmética simples ou última remuneração) e os reajustes que receberá (pelos índices aplicados ao INSS ou seguindo os parâmetros da paridade com os ativos). Neste momento delicado, mais do que nunca, os servidores precisam ser acolhidos pelas instâncias administrativas da universidade.

Alinhada a interpretações restritivas de direitos dos servidores emanadas de Brasília, a Procuradoria da UFRJ ainda não entendeu que defender a universidade é valorizar o professor. No caso das progressões e promoções, o órgão teve influência clara nas recentes decisões do Consuni.

Sustentamos que as questões que envolvem as progressões acumuladas não se confundem com as designadas “progressões por salto” e que se referem a saltos na carreira sem qualquer tipo de avaliação. Definitivamente não é o que acontece na UFRJ, que exige de seus professores o cumprimento dos interstícios para progredir na carreira e a apresentação de robustos relatórios de atividades com a demonstração de toda sua produção acadêmica realizada nos respectivos interstícios.

#OrgulhoDeSerUFRJ



FOTOS: ZÓ GUIMARÃES

Candidatos a reitor divergem sobre Viva UFRJ e Ebserh

> Primeiro encontro entre os concorrentes à reitoria da UFRJ aconteceu no dia 11, no campus da Praia Vermelha. Tom moderado predominou, mas estudantes se manifestaram contra o Canecão

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Predominou o tom moderado no primeiro debate entre as candidaturas que disputam a reitoria da UFRJ. A Chapa 10 "UFRJ para Todos", dos professores Roberto Medronho e Cássia Turci, representa o campo político da atual administração central da universidade. Já a Chapa 20 "Redesenhando a UFRJ", dos professores Vantuil Pereira e Katya Gualter, integra o campo de oposição à atual gestão da UFRJ. O debate aconteceu no Salão Pedro Calmon, do histórico Palácio Universitário da Praia Vermelha. A mediação foi reali-

zada pelo presidente da Comissão Coordenadora da Pesquisa à universidade, professor Eduardo Mach. As eleições para a reitoria aconteceram nos dias 25, 26 e 27 de abril.

Os dois pontos de divergência entre as chapas, evidenciados no debate, são as posições sobre a concessão da área da Praia Vermelha para a construção do novo "Canecão" e a contratualização da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para gerir as unidades de saúde da UFRJ. A Chapa 20 é contrária a ambos.

"A Chapa 20 recusa qualquer perspectiva privatista. Entendemos que o 'Viva UFRJ' e a Ebserh são projetos que ferem de morte a nossa instituição", disse Vantuil Pereira. Nesse momento,

os estudantes se manifestaram contra os dois projetos.

"O reitor não é um tirano. É alguém que respeita as decisões dos seus colegiados", rebateu a professora Cássia Turci. O professor Roberto Medronho, candidato a reitor da chapa, completou: "O Conselho Universitário decidiu abrir as negociações com a Ebserh, a partir de pedido de todos os diretores dos hospitais universitários, de aprovação da Congregação da Faculdade de Medicina e do Conselho do Centro de Ciências da Saúde. Afirmando que nenhuma decisão será tomada fora do rito da gestão democrática da UFRJ. E o leilão da área onde funcionará o novo equipamento cultural da Praia Vermelha já aconteceu",

ponderou. "Se quebrarmos o contrato, quem vai pagar a multa rescisória, que é milionária? A UFRJ? Precisamos ter responsabilidade".

Vantuil Pereira replicou: "O Conselho Universitário autorizou a abertura de negociações com a Ebserh, não a contratualização. Eu quero ler esse contrato antes de decidir sobre ele", disse. O candidato, no entanto, não falou sobre alternativas ao atual projeto de construção da casa de espetáculos.

O início do debate foi definido por sorteio. A Chapa 20 foi a primeira a falar. O professor Vantuil Pereira se apresentou como fruto do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). "Sou professor

da UFRJ desde 2009. Sou, portanto, filho do Reuni".

O professor Roberto Medronho apresentou sua trajetória na UFRJ desde 1977, quando ingressou como estudante. "Sou filho da escola pública e temos longa experiência administrativa na nossa universidade, eu e a professora Cássia".

Sobre infraestrutura, o professor Roberto Medronho propôs a modernização do Sistema de Bibliotecas da universidade. Já a professora Katya Gualter, candidata a vice-reitora pela Chapa 20, propôs a modernização da TIC e um projeto de expansão que conclua obras iniciadas em 2007, pelo Reuni. O debate completo está no canal da UFRJ no YouTube.

Texto atualizado às 15h55 do dia 14/4

CASA CHEIA PARA ACOMPANHAR OS REITORÁVEIS EM MACAÉ

No Centro Multidisciplinar de Macaé, as duas chapas também foram representadas com os candidatos a reitor e as candidatas a vice-reitora. Pela Chapa 10, debateram o professor Roberto Medronho e a professora Cássia Turci. Pela Chapa 20, o professor Vantuil Pereira e a professora Katya Gualter. A atividade aconteceu no dia 12 de abril. Por sorteio, a Chapa 20 iniciou o primeiro bloco do debate. A professora Katya, candidata a vice-reitora, defendeu a expansão de cursos na UFRJ. "Em 1993, integrei a equipe proponente dos cursos noturnos

da UFRJ. Em 2007, integrei a equipe proponente dos cursos Reuni", contou.

Já o professor Vantuil defendeu a reformulação dos espaços de decisão da universidade e revelou que o pró-reitor de Extensão de sua eventual equipe será um docente de Macaé. "É preciso dar a Macaé o espaço de poder com representação nas pró-reitorias. Nós teremos um pró-reitor de Extensão de Macaé", afirmou.

Ao longo do debate, a Chapa 20 reforçou posições em apoio à diversidade, apresentou propostas sobre gênero e raça,

criticou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e citou a criação de fóruns permanentes de diálogo com os três segmentos da universidade - professores, técnicos e estudantes. No entanto, demonstrou pouco conhecimento sobre assuntos específicos da área da Saúde e sobre os problemas enfrentados pelo campus Macaé. Os candidatos da Chapa 10, por sua vez, lembraram a atuação em parceria com Macaé na implantação de cursos e na superação da crise enfrentada pela Medicina de Macaé, entre 2011 e 2013. "Estivemos aqui

há duas semanas e estaremos sempre que for possível, como sempre fizemos, eu e a professora Cássia", frisou o professor Roberto Medronho. O docente destacou sua atuação durante a pandemia que teria tido como consequência um conhecimento mais profundo da universidade. "Pude conhecer toda a excelência acadêmica de todas as unidades em todos os campi desta universidade. Foi uma das coisas que me deu forças para estar hoje aqui me propondo a ser candidato a reitor". A chapa também defendeu a

inclusão, o acolhimento a estudantes, mas citou a importância de incentivar a área de inovação e de internacionalização da universidade. A chapa revelou ter propostas para superar as dificuldades de infraestrutura ainda enfrentadas pela comunidade acadêmica de Macaé. "Precisamos expandir a pós-graduação aqui em Macaé, atuar na formação de professores e criar laboratórios e espaços de pesquisa multiusuários", disse a professora Cássia. "Bons laboratórios de graduação vão gerar bons estudantes de pós-graduação", concluiu.

O Jornal da AdUFRJ ouviu a avaliação dos candidatos sobre o primeiro debate entre as chapas e sobre as prioridades da campanha.

#OrgulhoDeSerUFRJ



ZÓ GUIMARÃES

ENTREVISTA | PROFESSOR ROBERTO MEDRONHO, CANDIDATO A REITOR PELA CHAPA 10

“TEMOS MUITA INTERLOCUÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL E JÁ ESTAMOS FALANDO COM ALGUMAS PESSOAS EM BRASÍLIA”

■ **Jornal da AdUFRJ – Qual sua avaliação sobre o debate de hoje?**

● **Roberto Medronho** – Foi um debate muito respeitoso, em que as divergências foram ressaltadas, e vai ajudar muito nossos professores, técnicos-administrativos em educação e discentes a escolherem o melhor nome para gerir essa universidade pelos próximos quatro anos. Temos convicção de que nós, da chapa 10, apresentamos de forma muito clara as nossas proposições. Uma chapa que se propõe a gerir a maior universidade federal desse país, uma das melhores, não pode apenas dizer se é contra algo. Tem que apresentar propostas. Nós temos um programa feito a muitas mãos, que está sendo aperfeiçoado.

■ **Tem algum destaque sobre o ponto mais alto e mais baixo do debate?**

● Não. Eu acho que o debate foi bem equilibrado. Conseguimos mostrar todas as nossas principais propostas – e por isso pedimos que as pessoas nos sigam.

■ **O que destaca entre as suas propostas?**

● Nós precisamos investir muito em PNAEs, precisamos ter alojamento, ter restaurante universitário em todos os campi. Nós precisamos dar café da manhã em todos os restaurantes universitários. E, enquanto não temos alojamento para todo mundo, temos que sublocar leitos ociosos na rede hoteleira para que nós consigamos, a um preço justo, ter uma adequação para receber esses alunos. Precisamos ampliar as bolsas de ações afirmativas, porque só 20% estão sendo atendidos. Temos o problema grave da infraestrutura. E vamos buscar orçamento não só no MEC, mas no Ministério da Saúde e em todos os ministérios, nos governos estadual e municipais onde temos campi. Enfim, temos enormes desafios, mas a UFRJ vive um momento histórico de conseguir, por meio de uma maior interlocução com o governo federal, aumentar o orçamento e conseguir ajudar na reconstrução do país. Temos muita interlocução com o governo federal e já estamos falando com muitas pessoas em Brasília.

■ **O senhor considera que houve um vencedor no debate?**

● A democracia saiu ganhando. Os grandes vencedores foram o debate franco de ideias, a comunidade acadêmica, a autonomia e a democracia universitárias.



ZÓ GUIMARÃES

ENTREVISTA | PROFESSOR VANTUIL PEREIRA, CANDIDATO A REITOR PELA CHAPA 20

“ESTA UNIVERSIDADE NÃO PODE SE FECHAR MAIS AO CONJUNTO DE PESSOAS NOVAS QUE ESTÃO AQUI”

■ **Jornal da AdUFRJ – Qual sua avaliação sobre o debate de hoje?**

● **Vantuil Pereira** – Foi um debate muito positivo, que marcou a diferença entre as chapas, em que pese a tentativa da outra chapa de não se colocar como situação. Parecia um discurso de oposição, que aponta muita coisa a fazer, mas sem balanço do que foi feito. Nós apresentamos questões fundamentais da nossa chapa. Afirmamos a democracia, a necessidade de incorporação de Macaé e Caxias nos nossos conselhos, de abraçar esses campi em espaços de poder, como as pró-reitorias, bem como a questão vinculada à nossa autonomia universitária. Defendemos que o orçamento da União, as emendas parlamentares e o orçamento próprio são os meios para que a universidade rompa uma tendência privatizante que está em curso na nossa instituição. Por fim, demos o nosso recado que esta universidade não pode se fechar mais ao conjunto de pessoas novas que estão aqui: pessoas negras, pobres, mulheres, travestis, trans, com deficiência e que é preciso, portanto, a universidade ter um olhar generoso sobre esses grupos.

■ **Tem algum destaque sobre o ponto mais alto e mais baixo do debate?**

● É sempre difícil dizer. Mas eu acho que o ponto mais alto foi a nossa defesa em relação à diversidade, vinculada à autonomia universitária.

■ **O que destaca entre as suas propostas?**

● Esse olhar para o passado saudosos da UFRJ é um olhar que sempre privilegiou alguns grupos. É preciso romper com isso, estamos num novo momento histórico. Temos o compromisso com a assistência estudantil, com a diversidade, com a democratização e com a afirmação da nossa autonomia universitária. Autonomia não se afirma na fala, se afirma no cotidiano. Então, qualquer tendência privatizante a gente entende como forma de enfraquecer a nossa diversidade e a nossa democracia. Não há uma prioridade, mas um conjunto de prioridades nas nossas propostas.

■ **O senhor considera que houve um vencedor no debate?**

● A democracia sempre ganha. Havia uma tendência de ter chapa única. Hoje somos duas chapas competitivas. O debate político é uma riqueza da democracia.

Disputa local da UFRJ domina debate do Andes

Concessão do Canecão centralizou discussão com representantes das três chapas na Praia Vermelha. Eleonora Ziller, candidata pelo Renova Andes, lamentou desigualdade de tratamento

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Previdência, autonomia sindical, formas de mobilização da categoria e estruturação da carreira docente foram alguns dos temas abordados no primeiro debate regional entre as chapas concorrentes à diretoria do Andes para o biênio 2023-2025, nesta quarta-feira (12), no auditório

Moniz Aragão, no campus da Praia Vermelha da UFRJ. Com mediação do professor João Torres, presidente da AdUFRJ, os candidatos a presidente das chapas 1 e 2, Gustavo Seferian (UFMG) e André Guimarães (Unifap), respectivamente, e a candidata à secretária-geral da chapa 3, Eleonora Ziller (UFRJ), defenderam suas plataformas de campanha durante três horas de conversa. O debate foi transmi-

tido pelo canal da AdUFRJ no YouTube. André Guimarães usou boa parte de suas falas para tentar mostrar o que diferencia a chapa 2 da chapa 1, já que os dois grupos, hoje separados, estavam unidos até esta eleição, inclusive apoiando a atual direção do Andes. Gustavo Seferian, que é diretor do sindicato nacional, defendeu e prometeu dar continuidade ao trabalho do grupo que está no comando

da entidade. Representante do Renova Andes, maior coletivo de oposição à atual diretoria do sindicato, a professora Eleonora Ziller fez duras críticas às duas chapas oponentes que defendem, segundo ela, um modelo de política sindical que tem levado o sindicato a se afastar dos docentes. As eleições acontecem nos dias 10 e 11 de maio. Veja a seguir alguns temas que movimentaram o debate.

GREVES DE 2012 E 2015

Eleonora Ziller: “São anos cruciais para nós entendermos a fratura e o enfraquecimento do nosso sindicato nacional. Quando um grande discurso contra um projeto de governo é o que move a luta sindical, se a gente não se conecta com a base, se o sindicato não fala com a maioria dos professores, ele fica apenas numa retórica vazia. Nos últimos cinco anos, nós estamos perdendo três sindicalizados por dia no Andes. O Renova vai transformar essa realidade. Aqui na UFRJ, a entrada da chapa Renova Andes nas disputas eleitorais vem agregando mais professores. Sindicato a gente constrói para unificar a categoria. Quando estamos divididos, não podemos ir para a greve porque isso vai trazer uma fratura. Foi isso que aconteceu na UFRJ em 2012 e 2015”.

Gustavo Seferian: “O nome da nossa chapa, Andes pela base, coloca a nossa principal premissa. Não há qualquer espécie de luta que se construa sem a base. E essa interlocução com a base passa pela escuta, pela atenção e pela valorização da sua dinâmica de enfrentamento e combate. A construção de um sindicato que seja efetivamente autônomo e independente de partidos, governos e gestores é o que vai afirmar não só aquilo que se colocou como acúmulo histórico do sindicato nacional, mas também os nossos princípios, os nossos horizontes para a carreira. E isso não tem nada a ver com um tipo de sindicalismo que se diz renovado, mas que não tem nada de renovado. Inclusive tem muito de anti-qualquer coisa, tem muito de atrofiado. Que não respeita a dinâmica, a mobilização”.

André Guimarães: “Quem desestruturou nossa carreira foi o governo de frente popular em 2012, com a assinatura do seu braço sindical. Quem investiu



A gente observa na prática da atual diretoria do Andes, aqui representada pelas chapas 1 e 2, contradições muito marcantes, sobretudo de 2016 para cá. Por exemplo, a violência com que se trata a ex-reitora da UFRJ (Denise Pires de Carvalho) em relação ao Viva UFRJ, em comparação ao reitor anterior (Roberto Leher), que criou o projeto, e que abrangia mais áreas. E o nome dele sequer é citado nessa discussão. Há um nítido desequilíbrio aí: ou são dois dois gestores que, de forma, responsáveis, buscaram soluções concretas para problemas de moradia e alimentação de nossos estudantes. Tratar os dois de forma diferente é desonestidade política”.

ELEONORA ZILLER
UFRJ

“Esse projeto, que eu chamo de Priva UFRJ, é muito triste. É inimaginável pensar que o patrimônio público vá a leilão”.

ANDRÉ GUIMARÃES
Unifap

“A Chapa 1 tem o compromisso de combater qualquer forma de privatismo. Se é por tempo determinado ou indeterminado, se é por 30 anos ou por 15 dias, não importa, isso é privatização. E não há como ser condescendente com essa prática”.

GUSTAVO SEFERIAN
UFMG

inicialmente no projeto desse braço sindical pode até desistir no meio do caminho e vir fortalecer o Andes, mas a gente não pode responsabilizar o Andes pela desestruturação da nossa carreira. A greve de 2012 teve como foco central a estruturação da carreira, o Andes apresentou um projeto ao governo que teria o mesmo impacto orçamentário do acordo que depois foi assinado. E o governo fez a opção, a partir de consultorias com seu braço sindical, de desestruturar a carreira. Isso precisa ser dito claramente. O governo, o patrão e o capital já criminalizam muito a nossa luta. Não podemos aceitar dentro do sindicato quem nos criminalize também”.

VIVA UFRJ

André: “Esse projeto, que eu chamo de Priva UFRJ, é muito triste. É inimaginável pensar que o patrimônio público vá a leilão. E quer dizer que isso não é privatização, grupos empresariais tomarem conta de uma área pública, uma área do povo? Esse debate está expresso em nosso programa: combater todas as formas de privatização, inclusive com destaque ao que foi feito na UFRJ. Os fins não justificam os meios. É preciso defender a universidade pública”.

Eleonora: “Esse processo teve início na gestão do professor Roberto Leher, sob a argumentação de que é possível fazer uma concessão privada, por período determinado, de uma parte do patrimônio que não está sendo utilizada pela universidade. E ter como contrapartida a construção e o fortalecimento da universidade em situações muito localizadas. Isso não é um cheque em branco dado a ninguém. Não há ilusão de que essa concessão possa responder aos desafios da recomposição orçamentária. A Chapa 3 não comunga dessa ilusão”.

Gustavo: “A Chapa 1 tem o compromisso de combater qualquer forma de privatismo. Se é por tempo determinado ou indeterminado, se é por 30 anos ou por 15 dias, não importa, isso é privatização. E não há como ser condescendente com essa prática. Se é essa prática que é tolerada para a gestão da miséria, isso não é tolerável. Não cabe a nós a gestão da barbárie. É esse o modo Renova de governar? Não é isso que eu anseio para o nosso sindicato nacional”.

DIFERENÇAS

Gustavo: “Há diferenças de concepção com a Chapa 2 no que se refere à autonomia e à independência. É fundamental que tenhamos articulações, elas são legítimas e não ferem em nada a nossa independência. A Chapa 2 confunde essas articulações com dependência. Com a Chapa 3 temos diferenças de prática e visão. É triste a gente perceber que segmentos de nossa categoria afrontam e negam os modos de enfrentamento que nossa classe construiu ao longo de sua história. Achar que greve é coisa do passado, que é coisa de peão. Inclusive nos distinguindo enquanto trabalhadores intelectuais como se não fôssemos também proletarizados. É fundamental a gente ser reconhecido como classe e não um estrato distinto da sociedade”.

Eleonora: “Nossa visão de prática sindical é oposta às das outras duas chapas. Sindicato forte é agregar, trazer para o conjunto da luta a totalidade dos professores que estão interessados na luta pelo salário. Um docente não pode ser criminalizado por apresentar na assembleia uma posição diferente daquela que é defendida pela direção do sindicato. É preciso que o sindicato seja um lugar de acolhimento da diversidade, de reconhecimento da complexidade das nossas diferenças. Temos que organizar



ANDRÉ GUIMARÃES
Unifap



ELEONORA ZILLER
UFRJ



GUSTAVO SEFERIAN
UFMG

FOTOS ALESSANDRO COSTA

todos os professores, sejam eles contra ou a favor do Viva UFRJ, ou desse ou daquele partido político”.

André: “Hoje nós não temos unidade programática, são três programas diferentes. Somos contra o Viva UFRJ, gostaríamos que a Chapa 3 fosse também. Não criminalizamos a greve, como parte da categoria docente fez com a greve de 2012. Esse discurso de novas formas de mobilização, de participação virtual da base, é na verdade um processo de despolitização da nossa luta, de criminalização do nosso sindicato. Essa não é a prática que defendemos. Não podemos abdicar de um instrumento de luta como a greve. A greve é para garantir direitos”.

LUTA SINDICAL

Eleonora: “A gente observa na prática da atual diretoria do Andes, aqui representada pelas chapas 1 e 2, contradições muito marcantes, sobretudo de 2016 para cá. Por exemplo, a violência com que se trata a ex-reitora da UFRJ (Denise Pires de Carvalho) em relação ao Viva UFRJ, em comparação ao reitor anterior (Roberto Leher), que criou o projeto, e que abrangia mais áreas. E o nome dele sequer é citado nessa discussão. Há um nítido desequilíbrio aí: ou são dois privatistas que não valem nada, ou são dois gestores que, de forma responsável, buscaram soluções concretas para problemas de moradia e alimentação de nossos estudantes. Tratar os dois de forma diferente é desonestidade política”.

Gustavo: “A necessidade de

afirmação de um sindicato que é autônomo e independente para com os gestores, inclusive, é algo fundamental para nós. Assim como a construção coletiva. A Chapa 1 abriga dezenas de organizações e forças políticas que, de forma articulada, constroem estrategicamente esse coletivo. Não é uma unidade de ocasião, é uma unidade estratégica. Isso é fundamental numa perspectiva aglutinadora, potente. E só longe do sectarismo, abraçando o conjunto das nossas demandas, e longe da prática que prefere fazer advocacy e lobby ao invés de fazer a luta de classes, é que a gente vai conseguir imprimir o nosso programa”.

André: “A nossa luta é muito mais ampla do que aqui expressam as três chapas. A nossa luta é em defesa da nossa categoria, da nossa classe. Para nós, a luta contra o conservadorismo e contra o fascismo não pode significar dar aval a um governo de frente ampla. Essa luta para nós não é indissociável. Caso contrário nós vamos, com um governo de frente ampla, continuar a ter retrocessos na nossa pauta previdenciária, na nossa pauta da carreira, na nossa pauta salarial e na defesa da universidade e da educação pública”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eleonora: “Para renovar o movimento é preciso que ele tenha a capacidade de incorporar um maior número de professores, essa é a nossa batalha. É organizar uma prática, um modo de funcionamento que faça do sindicato uma coisa muito maior do que a incorporação exclusi-

va de uma militância. A gente precisa condensar mais nossas atividades, ter horários mais humanos, não há saúde que resista a um modelo de militância que é, por si só, excludente. O que o Renova vai perseguir obsessivamente na construção de um novo movimento docente é a ideia de reencontrar a categoria no seu conjunto. Só trazendo todos poderemos dar resposta ao que é fundamental para nós: a defesa da democracia, da universidade e da educação públicas, do nosso direito de estar nas salas de aula com segurança, com liberdade de cátedra e combatendo a extrema-direita”.

André: “Queria fazer um chamado à militância do nosso sindicato nacional para que analise os três programas. E que faça uma escolha daquele

projeto com o qual cada um e cada uma se identifiquem. Eventualmente pode ser que a gente não ache um programa que dialogue integralmente com a nossa base em nenhuma das três chapas. E vamos ter que fazer escolhas. Acredito que nessa escolha deve prevalecer a decisão pela chapa que melhor representa aquilo que a nossa categoria pensa. Nós da Chapa 2 fazemos um chamado especial a todos aqueles que se identificam com nosso programa, que estão nessa construção coletiva, para que possam ir em busca de ampliação da participação da nossa base nas eleições. A nossa vitória depende da nossa capacidade de trazer a base para a luta do nosso sindicato. Vamos eleger uma chapa classista e de luta nos dias 10 e 11 de maio”.

Gustavo: “Acho que esse debate revelou muito sobre nossas diferenças, posições e programas. Há quem seja tolerante com o privatismo, há quem não seja. Há quem seja condescendente com a confusão entre a direção sindical e a gestão universitária, há quem não seja. Há quem seja atentatório ao que são os instrumentos e ferramentas que a nossa classe construiu para a proteção de seus interesses, e há quem reivindique a melhor tradição desses instrumentos para a promoção dos nossos direitos. Há quem reivindique a unidade na circunstância, e há quem reivindique a unidade estratégica. Conclamo cada companheiro e cada companheira que acompanhe a nossa campanha e possam nos dias 10 e 11 de maio votar para que a gente siga revolucionando o nosso sindicato”.



PRIMEIRO DEBATE NACIONAL

Com 300 participantes conectados, em média, ao longo de mais de três horas e meia, o primeiro debate entre as chapas concorrentes à diretoria do Andes foi realizado na noite da última terça-feira (11), com transmissão pelo canal do sindicato nacional no Youtube. Mediado pela presidente do Andes, a professora Rivânia Moura, o encontro reuniu os candidatos

a presidente Gustavo Seferian (UFMG), pela Chapa 1, André Guimarães (Unifap), pela Chapa 2, e Luis Antônio Pasquetti (UnB), pela Chapa 3, e debateu temas como autonomia universitária, liberdade de cátedra, conjuntura política e questões trabalhistas e salariais dos docentes.

As diferenças se delinearam logo nas falas iniciais dos candi-

datos, e foram acentuadas durante todo o debate. Um dos temas mais polêmicos foi o golpe de Andes não tiveram essa leitura, isso não pode recair sobre a diretoria”, ponderou.

Pasquetti, que representa o movimento Renova Andes, principal grupo de oposição ao atual comando do sindicato nacional, também criticou o isolamento da entidade em relação a outros

articuladores do movimento social, além da “queda crescente da taxa de sindicalização”. “As chapas 1 e 2 são mais do mesmo, são do grupo que controla o Andes há 24 anos. Nós somos a renovação”, disse o professor da UnB. Os candidatos das chapas 1 e 2, por sua vez, criticaram o movimento Renova Andes pelo que chamaram de “criminalização” das greves de 2012 e 2015

articuladores do movimento social, além da “queda crescente da taxa de sindicalização”. “As chapas 1 e 2 são mais do mesmo, são do grupo que controla o Andes há 24 anos. Nós somos a renovação”, disse o professor da UnB. Os candidatos das chapas 1 e 2, por sua vez, criticaram o movimento Renova Andes pelo que chamaram de “criminalização” das greves de 2012 e 2015

MAIS MÉDICOS NO INTERIOR

> Durante aula inaugural do Centro de Ciências da Saúde, a secretária de Educação Superior e ex-reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, apresentou os desafios da formação de novos doutores

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

O país precisa de mais cursos médicos públicos e de mais programas de residência, especialmente no interior. Na aula inaugural do Centro de Ciências da Saúde, dia 10, a secretária de Educação Superior e ex-reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, apresentou uma demolidora radiografia dos desafios que cercam a formação dos médicos brasileiros.

"O Brasil é muito diverso e há vazios de profissionais de saúde", afirmou Denise. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que congrega 38 países, tem média de 3,73 médicos por mil habitantes.

Na Região Norte do Brasil, a razão é 1,45; no Nordeste, 1,93; no Sudeste, 3,39. "Nem no Sudeste tem muito médico. Nenhuma das regiões do Brasil, em 2022, tem mais médicos por mil habitantes que a média da OCDE", observou. Mas claro que há distorções. "O Distrito Federal tem 5,53; Vitória (ES) tem 14,49. Há muitos médicos nas capitais, em geral", completou a secretária da SESu.

Essa necessidade impulsionou medidas do governo Lula, como a retomada do Programa Mais Médicos e a revogação da portaria que, durante cinco anos, suspendeu a abertura de cursos de Medicina no país. Mas a palestrante enfatizou que não basta formar mais profissionais. O cuidado com a qualidade é essencial.

Denise considera estratégico o reforço dos programas de residência para aprimorar a formação dos jovens doutores. Até para frear uma perigosa tendência. Nos últimos dois anos, houve uma diminuição do número total de residentes do país. Eram 19.770 no primeiro ano de residência média em 2019 contra 16.867 em 2020 e 16.648 em 2021. "As pessoas se formam e vão atuar diretamente como médicos no setor privado", disse. O rendimento médio mensal de um médico no país é de R\$ 30,1 mil.

Além de reforçados, os programas também precisam ser interiorizados. Apesar do atual desinteresse pelas residências, mesmo o médico que se forma no interior busca a especialização nas capitais. "E não volta nunca mais para o interior", explicou Denise. A maior parte dos médicos fica nos locais onde realizou a residência: 52,8%. "A



ALESSANDRO COSTA



residência de qualidade fixa o profissional de saúde".

Mediadora do evento, a professora Lígia Bahia, do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, destacou o grande desafio do setor. "O que mata na saúde é a desigualdade. Os países que tiveram o pior desempenho na pandemia da Covid foram Estados Unidos e Brasil", afirmou. E, no Brasil, as cidades com pior desempenho foram Rio de Janeiro e Manaus. "Nós da UFRJ fizemos muito; a Uerj fez

muito; a FioCruz fez muito. Mas esse muito é insuficiente quando temos situações de desigualdade que são preservadas e até se intensificam".

Como superar o problema? "Certamente com políticas públicas de educação e de saúde. Não é nada fácil, porque há interesses econômicos e políticos muito fortes envolvidos". Lígia elogiou a presença de Denise e de outros docentes no governo Lula: "Neste momento, há muitas pessoas da universidade participando do

novo governo. Para nós, é motivo de grande orgulho. Nossa missão é produzir conhecimento para melhorar a vida das pessoas e a vida do planeta".

EDUCAÇÃO

O tema da aula eram os desafios da Saúde, mas a secretária da SESu também tratou das preocupações do ministério com o Plano Nacional de Educação. Com o abandono do PNE pelos governos Temer e Bolsonaro, o país ficou distante das metas previstas para o ensino superior.

Uma delas seria elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. "É o segmento público que garante a qualidade. Mas nós só

temos 23% do ensino superior em instituições públicas", disse.

O país conta com universidades federais em todas as regiões, mas não em número suficiente. "Precisamos atender à enorme parte da nossa população que ainda não tem acesso ou não tem condições de permanecer por falta de assistência estudantil", disse. "Há 258 municípios com mais de 80 mil habitantes sem nenhuma universidade ou campus universitário federal. Tudo isso justifica a ampliação da rede", observou.

Para definir política de expansão, a SESu prepara um painel de quantos professores, técnicos e estudantes existem em cada campus. Os atuais levantamentos só levam em consideração os quantitativos totais de cada instituição.

ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES SERÁ RECOMPOSTO

Durante a aula inaugural, a secretária da SESu deu uma boa notícia para a comunidade acadêmica. O ministro Camilo Santana deverá anunciar, em breve, a recomposição do orçamento das universidades. A ideia é recuperar os valores da lei orçamentária de 2019, último ano antes da pandemia, conforme reivindicado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes). "Não é o ideal. O pas-

sivo é gigantesco. Mas todo mundo vai respirar", afirmou Denise. A medida irá se juntar ao dispositivo da PEC de transição que liberou os excedentes de receitas próprias produzidas pelas instituições.

Reitor em exercício da UFRJ, o professor Carlos Frederico Leão Rocha comemorou. "É uma excelente notícia. Teremos uns R\$ 420 a R\$ 430 milhões. Acho que a gente consegue fechar o ano e recuperar o ano passado".



Retrato da inclusão na UFRJ tem avanços e obstáculos

> Há progressos notáveis. Hoje, mais da metade dos alunos da universidade são mulheres, e 40% se declaram pretos, pardos, indígenas ou amarelos. As mulheres cada vez mais ganham espaço na produção científica, campo até pouco tempo atrás quase exclusivo dos homens. A AdUFRJ deu mais um passo no seu compromisso de aproximar os professores aposentados da convivência na UFRJ, ao promover um café da manhã para debater temas como previdência e planos de saúde. Esta edição especial é dedicada a esses avanços, mas também mostra que há muito a evoluir.



AVANÇOU, MAS AINDA FALTA MUITO

> Radiografia da inclusão mostra transformação do corpo discente da universidade após cotas, mas faltam recursos para ampliar políticas de permanência

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

Esqueçam as fotos de formatura dos primeiros anos da centenária UFRJ. Aquelas imagens de turmas compostas apenas por homens brancos, filhos da elite, já não fazem mais parte do cotidiano da maior universidade federal do país. As políticas afirmativas transformaram o perfil do alunado. Dos quase 60 mil estudantes da graduação, 36,9% se declaram como pretos, pardos, indígenas ou amarelos, além de 22,2% que não informaram a etnia. Mais da metade são mulheres. Muitos precisam de apoio para completar os estudos. Nem todos conseguem.

"Não sou contemplado com nenhum auxílio, por mais que seja cotista negro, de escola pública e de baixa renda. Tentei duas vezes. Vou tentar mais uma vez", afirma Richardison Barros, do sexto período de Jornalismo. Morador de Magé, na Baixada, o aluno precisa de apoio para morar mais perto da faculdade. Todos os dias, ele gasta pelo menos quatro horas no deslocamento entre sua casa e o campus da Praia Vermelha. "Só estou facultado até hoje porque eu tenho passe livre universitário da minha cidade".

O drama de Richardison e de outros milhares de estudantes reflete as limitações financeiras da instituição, mesmo após a recente reabertura de 252 vagas do alojamento. Nem o último edital de auxílio-moradia, que ajuda estudantes a custear despesas com habitação, foi suficiente para resolver o problema. Houve

1.073 inscritos para 292 vagas, informa a Pró-reitoria de Políticas Estudantis (PR-7). Sobrou uma demanda reprimida de 72,79% dos interessados.

A maioria dos auxílios requer como critério básico a renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo. O auxílio para a compra de material didático, com 390 vagas, apresentou uma "fila" de 2.090 pessoas: 81,34% não puderam ser atendidos. Para a isenção da taxa de R\$ 2 nos bandejeões, 1.692 se inscreveram e apenas 610 foram contemplados.

A administração superior faz o que pode, com os recursos de que dispõe. Hoje, 5.977 alunos são beneficiados por 12.755 auxílios — alguns podem ser acumulados, respeitados alguns critérios. No segundo semestre de 2019, eram 4.531 auxílios para 4.495 estudantes. "Reajustamos todos os auxílios em 20%. O auxílio-permanência, para estudantes com renda familiar per capita de até 0,5 salário mínimo, ingressantes pelas cotas de renda, foi reajustado em 52%, de R\$ 460 para R\$ 700", afirma o pro-reitor de assuntos estudantis, Roberto Vieira.

PÓS-GRADUAÇÃO

A inclusão na pós-graduação também é um desafio. Dos 6.364 doutorandos, apenas 633 (menos de 10%) são pretos, PCDs ou indígenas — a pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa não tem os números separadamente. Entre os 5.672 mestrandos, são 717. Já entre os 1.587 matriculados em mestrados profissionais, são 241. "A inclusão só será satisfatória quando uma dívida histórica for reparada e toda a população se enxergar representada e pertencente à UFRJ",



A inclusão na pós-graduação ainda não é satisfatória. Só será satisfatória quando uma dívida histórica for reparada e toda a população se enxergar representada e pertencente à UFRJ"

PROFESSOR BRUNO DIAZ,
Superintendente da PR-2

afirma o superintendente da PR-2, professor Bruno Diaz. O dirigente observa que a pró-reitoria tem estimulado a criação de Comissões de Diversidade no âmbito dos programas para acolher todos os estudantes.

Em 2023, pela primeira vez, a UFRJ vai destinar R\$ 1 milhão para apoiar os pós-graduandos mais vulneráveis com recursos próprios. "Infelizmente, ainda não atenderá a toda a demanda, mas esta solução mais ampla passará pelo estabelecimento de um programa do tipo do PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) ou ampliação do próprio PNAES para os discentes de pós-graduação", diz Bruno. A UFRJ vai discutir o tema com a Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior do MEC, ainda este mês.

NECESSIDADES ESPECIAIS

A lei das cotas, de 2012, ganhou uma atualização em 2016 para contemplar a reserva de vagas para pessoas com deficiência (PCD). Mas, passados sete anos, a UFRJ está longe de receber bem este público, que soma mil pessoas, somente entre os estudantes. "Trabalho com um quantitativo aproximado de 1.100 alunos, pois muitos entram pela ampla concorrência e só venho a saber quando os professores ou os alunos procuram a Dirac (Diretoria de Acessibilidade)", afirma Amélia Rosauro, responsável pelo setor.

A Dirac conta com poucos servidores e um orçamento diminuto para todas as ações. Ano passado, foram apenas R\$ 509,8 mil usados inteiramente para o pagamento dos auxílios dos facilitadores de aprendiza-

gem — estudantes que ajudam os colegas PCDs no cotidiano acadêmico — e para parte do pagamento dos intérpretes de Libras. Outras iniciativas só vão adiante graças a parcerias.

Mas nem sempre o problema é de falta de recursos ou pessoal. Resoluções pouco acolhedoras para a realidade dos PCDs também comprometem a inclusão. Às vezes, até mesmo outras legislações jogam contra. "Na Praia Vermelha, no Palácio, não pode construir uma rampa, porque o prédio é tombado. Não pode nem uma rampa móvel", critica Amélia. "A questão da acessibilidade na universidade avançou um pouco, mas precisa melhorar muito", completa.

GÊNERO

Já a representatividade feminina ganhou terreno, mas ainda não chegou ao ideal. As mulheres são maioria em quase todos os segmentos da UFRJ: 55% dos estudantes de graduação; 46% dos pós-graduandos; 48% dos professores e 52% dos técnicos. Quando se trata de cargos de direção, os números não batem: 43,1%.

A maior federal do país também enfrenta problemas com a identidade de gênero. Travestis e transexuais ainda não se sentem acolhidos no ambiente universitário. A não utilização dos nomes sociais nos processos eleitorais institucionais tem sido recorrente, relatam estudantes ouvidos pelo Jornal da AdUFRJ. Não há dúvida de que as atuais turmas de formatura são bem mais diversas que aquelas do começo do século XX. Mas é preciso investir mais para que ninguém deixe de aparecer nas fotos.

(Colaborou Francisco Procópio)

RADIOGRAFIA DA INCLUSÃO NA UFRJ

AUXÍLIO PCD

112

TOTAL DE AUXÍLIOS:

12.755
(abril/2023)

5.997
alunos atendidos

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

22
professores

65
técnicos-administrativos

850
graduandos

150
pós-graduandos

MULHERES

55%
na graduação

46%
na pós-graduação

48%
dos docentes

52%
dos técnicos

43,1%
em cargos de direção

ETNIAS*

	Professores	Técnicos	Alunos graduação (aprox.)**
Parda	421	2.197	13.678
Preta	111	887	7.307
Amarela	30	133	468
Indígena	7	18	117
Branca	3.174	4.787	23.966
Não informada	409	656	12.977

*A PR-2 não tem os dados separados.

**A PR-1 informou o total de matrículas e os percentuais.



FOTOS: FERNANDO SOUZA

CAFÉ DA MANHÃ PARA QUEM DEDICOU A VIDA À UFRJ

> Encontro promovido pela AdUFRJ, na segunda (10), aproximou sindicato e professores aposentados. Houve apresentação de serviços e esclarecimentos sobre questões de aposentadoria

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

O clima foi de reencontro no primeiro café da manhã da AdUFRJ com professores aposentados, na segunda-feira (10), no Fórum de Ciência e Cultura. As assessorias Jurídica e de Planos de Saúde ficaram à disposição dos docentes para esclarecer dúvidas e apresentar os serviços oferecidos pela AdUFRJ. Também houve apresentação dos convênios firmados com empresas que prestam serviços de saúde, educação e bem-estar. “Essa é a função precípua do sindicato: acolher, estreitar laços, oferecer suporte, coletivizar as lutas”, declarou a professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ, na abertura do encontro.

Coubes à professora Ana Lúcia Fernandes, também diretora da AdUFRJ, apresentar uma novidade: um novo programa de visitas guiadas a locais históricos do Rio de Janeiro. O primeiro tour será no dia 29 de abril. Durante três horas, os docentes conhecerão um pouco mais da “pequena África”, composta pelos bairros da Gamba e Saúde, na região portuária do Rio de Janeiro.

A visita será conduzida pelo doutor em História Gabriel Siqueira. Ele é capoeirista e autor



do livro “Cativeiro Carioca”. O ponto de encontro será no Museu de Arte do Rio (MAR). Em cinco pontos de parada, os participantes saberão um pouco mais sobre o Largo da Prainha, a Pedra do Sal e o Cais do Valongo.

O programa é gratuito para os sindicalizados. Acompanhantes pagam R\$ 30. A inscrição deve ser feita pelo e-mail adufjr@adufjr.org.br. Os professores aposentados terão direito a um acompanhante. As vagas são limitadas.

O presidente da AdUFRJ, professor João Torres, também saudou os sindicalizados e explicou a motivação para o café da manhã. “Esse momento tem o

objetivo de ouvir as demandas, de buscar melhorar os serviços para todos os sindicalizados, mas especialmente saber as demandas específicas dos professores aposentados”. Uma das solicitações é que a AdUFRJ pressione a Pró-Reitoria de Pessoal a melhorar o atendimento aos professores aposentados. As reclamações vão desde telefones que não atendem, e-mails que não são respondidos, até impossibilidade de agendar um atendimento.

“A relação com a PR-4 tem sido um problema nos últimos anos”, reconheceu o professor João Torres, que se comprometeu a atuar em apoio aos professores filiados.

PREVIDÊNCIA E FUNPESP

O professor emérito Ricardo Medronho, também da diretoria da AdUFRJ, fez uma apresentação sobre os diferentes regimes de aposentadoria que passaram a vigorar no serviço público federal desde que a primeira reforma da previdência foi realizada em 1996.

Os dados são um compilado da “Jornada de Mobilização para Assuntos de Aposentadoria”, encontro realizado na sede do Andes, em Brasília.

“Basicamente, a cada reforma pioram muito as condições para a aposentadoria. Mais direitos são retirados dos servidores públicos federais”, resumiu o docente. A apresentação pode ser conferida no site da AdUFRJ: www.adufjr.org.br.

Dentre as piores nas condições de aposentadoria para os servidores está a limitação do benefício ao teto do INSS, que hoje é de R\$ 7.509,49, e a criação do Funpresp – o fundo de previdência complementar dos servidores do Executivo.

Quem desejar uma aposentadoria maior do que o teto do INSS precisa se filiar a este ou a outro fundo de pensão. “O Funpresp gerou um grande impacto para a carreira, porque a pessoa contribui sem garantias de quanto receberá. Dependerá do valor total de contribuições”, esclareceu o docente.

Ele exemplificou: em 2021, a rentabilidade do fundo foi de 7,49%, enquanto a inflação daquele ano foi de 10,06%. “Ou

seja, em 2021, o Funpresp perdeu patrimônio”, destacou.

Vale lembrar que os docentes que ainda têm direito à integralidade perdem o benefício se aderirem ao fundo de previdência. Os novos professores, no entanto, já são automaticamente filiados ao fundo, uma vez que não têm mais direito à aposentadoria integral. Caso queiram se desvincular da previdência complementar, precisam declarar num prazo de até 90 dias contados do ingresso no serviço público federal. As contribuições já descontadas, no entanto, só retornam ao servidor no momento de sua aposentadoria.

EMENDA MAIS NEFASTA

Se não bastassem todas as reformas e regras de transição que prejudicam servidores desde 1996, o governo Bolsonaro editou a Emenda Constitucional 103/2019. Ela indica, por exemplo, que a aposentadoria será limitada a 60% de todas as contribuições com acréscimo de 2% a cada ano que supere 20 anos de contribuição. Ou seja, para que o aposentado receba 100% do montante a que tem direito, deverá ter 40 anos de contribuição.

No caso de pensões, elas estão limitadas a 50% mais 10% para cada dependente menor. Se o cônjuge tiver menos de 45 anos, a pensão deixa de ser vitalícia. Os tempos variam de três a 20 anos dependendo da faixa etária. Para quem for casado há menos de dois anos, a pensão será recebida por apenas quatro meses.

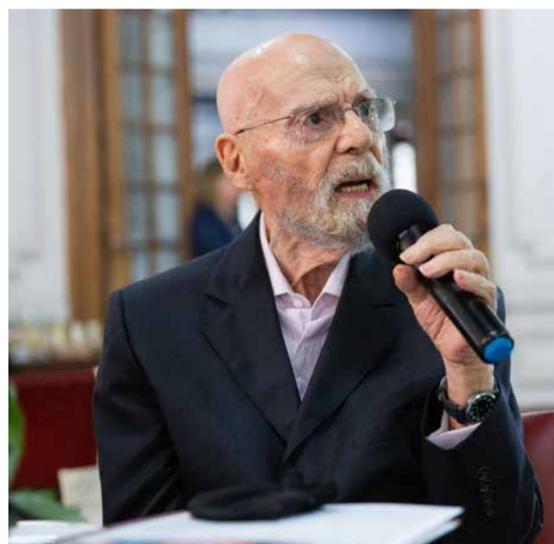


FOTOS: FERNANDO SOUZA

ENTREVISTA | ADOLPHO POLILLO, REITOR DA UFRJ DE 1981 A 1985

‘MEU TEMPO DE REITOR FOI DELICADO E DIFÍCIL’

O professor Adolpho Polillo encantou a plateia com sua discreta elegância e com a força de sua história. Aos 95 anos, o último reitor dos tempos da ditadura militar contou as agruras de seu reitorado, entre 1981 a 1985, e rememorou como, de um lado, administrou a pressão do governo Figueiredo e, do outro, o braço crítico da comunidade acadêmica. “Foi um período difícil. Eu tinha que defender aqui os dirigentes perante os professores. E, lá em Brasília, tinha que defender os professores perante o presidente”, lembrou o docente, que passou o cargo para o primeiro reitor eleito, o comunista Horácio Macedo.



■ Jornal da AdUFRJ: Quando o senhor ingressou na UFRJ?

● **Adolpho Polillo:** Ingressei como aluno, em 1948, e em 1953 comecei a dar aulas. Fiquei 49 anos sendo docente.

■ O que o senhor acha que é diferente hoje na universidade, da época que o senhor era estudante?

● A universidade mudou bastante. A Engenharia era um curso muito difícil. Só existia uma escola de Engenharia no Rio de Janeiro todo. Era a

Escola Politécnica, da Universidade Federal, que funcionava no Largo do São Francisco. Só depois a PUC criou um curso de engenharia também.

■ Como docente o senhor era de qual unidade acadêmica?

● Eu era da Escola de Engenharia e da Faculdade de Arquitetura. Eu dava aula de Estruturas, na Engenharia, e na Arquitetura também havia essa disciplina. Então, eu dava aula das 7h às 9h e caminhava da Escola de Engenharia até a



O diálogo com a comunidade foi um pouquinho difícil no começo, mas foi melhorando”

ADOLPHO POLILLO
Ex-reitor da UFRJ

Faculdade de Arquitetura, para dar aula de 10h às 12h. Era o momento que eu tinha para dar a minha caminhada, pegar um sol. À tarde, eu me dedicava a escrever alguns livros e fazer minhas pesquisas.

■ O senhor foi reitor de 1981 a 1985. Quem era seu vice-reitor?

● Uma pessoa muito leal, muito dedicada. Era o professor Jorge Abreu Coutinho.

■ Quem lhe sucedeu na reitoria?

● Foi o professor Horácio (Macedo – reitor de 1985 a 1989).

■ Como foi esse processo?

● O Horácio surgiu primeiro como candidato a decano do CCMN, disputando com Emí-

dio [Paulo Emídio Barbosa, que tentava a reeleição, em 1982]. Ganhou. E o pessoal achava que o reitor não iria nomeá-lo como decano. Eu o nomeei tranquilamente. E assim ele foi crescendo politicamente e se tornou candidato a reitor. Havia algumas lideranças que imaginavam que eu teria um candidato, mas eu não tinha candidato algum.

■ Nessa época o senhor ainda não era eleito, era nomeado, certo?

● Sim, eu era nomeado pelo presidente a partir de uma lista sextupla. Lista que era escolhida pela universidade nos moldes da legislação da época, via Colégio Eleitoral.

■ Quem era o presidente?

● O presidente da República era o (João) Figueiredo. Ele assumiu comigo o compromisso de que faria a abertura. Eu perguntei a ele: “Presidente, é pra valer?” E ele me respondeu: “É pra valer! Vamos fazer a abertura. Faça muito diálogo.” Essa foi a única recomendação.

■ Como foi ser reitor nesse momento político?

● Foi um período difícil, porque eu tinha que defender, de alguma forma, os dirigentes perante os professores e, lá em Brasília, defender os professores perante o presidente. Então, era uma coisa muito delicada. Mas deu tudo certo.

■ Como foi o diálogo com a comunidade universitária?

● No início, foi um pouquinho complicado, mas aos poucos a gente foi conquistando as pessoas. Agora há pouco tive um testemunho da nossa companheira, a professora Eleonora Ziller, que era aluna da Faculdade de Letras. Nós terminamos o prédio da Faculdade de Letras. Ela lembra daquele momento. Ela até se emocionou. E, para mim, é emocionante também.

APOSENTADORIA É TEMA DE ENCONTRO DO ANDES

Nos dias 28 e 29 de março, 70 docentes de 26 seções sindicais filiadas ao Andes se reuniram em Brasília para discutir temas relacionados aos professores aposentados. A ‘Jornada de Mobilização sobre Assuntos de Aposentadoria’ aconteceu na sede do sindicato nacional. A diretoria da AdUFRJ foi representada pelo professor Ricardo Medronho, 2º vice-presidente da entidade.

A primeira mesa do encontro tratou da aposentadoria. Por conta de sucessivas reformas da previdência, os professores universitários convivem com mais de uma dezena de regras diferenciadas de aposentadoria. A primeira, garantida pela Constituição de 1988, e as demais, geradas a partir das emendas constitucionais 20/1998, 41/2003, 47/2005 e 103/2019 e suas regras de transição.

Quem apresentou essas regras foi o assessor jurídico do Andes, o advogado Leandro Madureira. “A paridade e a integralidade deixaram de ser critérios para aposentadoria para quem ingressou a partir de 01/01/2004. A partir de então, o cálculo para as aposentadorias passou a ser a média aritmética das 80% maiores contribuições. O que reduz o benefício se comparado ao critério da integralidade”, explicou.

O valor das aposentadorias para os servidores públicos foi reduzido ainda mais para quem ingressou a partir de 04 de fevereiro de 2013. Os benefícios ficaram limitados ao teto do INSS. “As reformas diminuíram o valor da contribuição e tornaram mais difíceis os critérios para alcançá-la”, disse. Para o advogado, é necessário resistir às perdas de direitos. “Não há caminho que não seja político”, ressaltou. “Qualquer avanço só será alcançado através de muita luta”.

Docente da Escola de Serviço Social, a professora Sara Granemann também foi uma das palestrantes. Especialista em previdência complementar, ela fez críticas ao Funpresp – fundo de previdência complementar voltado aos servidores federais. “O Estado empurra a classe trabalhadora para procurar formas alternativas de proteção, e oferece como alternativa o capital fictício. Quando a pessoa contribui com um fundo de pensão, não tem certeza do valor da aposentadoria e ainda ajuda a desmontar a própria aposentadoria”, pontuou.

ELAS fazem a CIÊNCIA avançar

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

Elas estão cada vez mais presentes — e com destaque — em um universo tradicionalmente dominado por homens: a Ciência. E essa saudável tendência acaba de ser captada por mais um relevante registro. Lançado no início deste mês, o livro "Cientistas brasileiros" (Editora Sapoiti) traça o perfil de cinco pesquisadores contemporâneos do país, e as mulheres são maioria. Além de liderar pesquisas de ponta, reconhecidas mundo afora, as três cientistas destacadas têm outra coisa em comum: passaram pelos bancos da UFRJ. São elas Duília Fernandes de Mello, Lygia da Veiga Pereira e Suzana Herculano-Houzel. Completam a lista os pesquisadores Alan Alves Brito e Carlos Afonso Nobre.

"Traz essas mulheres cientistas para o livro foi uma escolha natural, a partir do pressuposto de abordar várias áreas do conhecimento: o planeta, o cérebro, a genética. Elas vêm desenvolvendo pesquisas de relevância nessas áreas, são destaques reconhecidos", explica Daniela Chindler, uma das autoras de "Cientistas brasileiros". O livro traça também o perfil de seis cientistas do passado, o que só reforça a tese da atual "invasão feminina" na Ciência. Dos seis pioneiros, a única mulher é Bertha Lutz, pesquisadora que ingressou no Museu Nacional em 1919, que figura ao lado de nomes como Adolfo Lutz (pai de Bertha), Carlos Chagas, Oswaldo Cruz, Vital Brazil e o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão.

DNA 100% BRASILEIRO

Das três perfiladas contemporâneas, a única com base no Brasil é Lygia da Veiga Pereira. Duília é radicada nos Estados Unidos, mesmo país onde vive Suzana. Lygia também passou por lá: fez cinco anos de doutorado em Nova York. Hoje professora e pesquisadora da USP, a geneticista lembra com carinho de sua passagem pela UFRJ. "Tenho uma enorme gratidão à UFRJ, pois foi onde eu descobri minha paixão pela genética e por pesquisa em laboratório. Estudei Engenharia na PUC-Rio e quase segui na área de Engenharia de Computação. No meio do curso, descobri os avanços da Engenharia Genética e fui apresentada por professores do Departamento de Física da PUC à professora Eliana Abdelhay, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho.



Ela me aceitou para fazer iniciação científica. A partir dali eu descobri meu caminho", lembra.

A pesquisadora reconhece que a forte presença feminina na produção científica atual contrasta com o cenário de décadas atrás. "Na área biológica já há muitas mulheres atuando, embora haja mais homens em posições de liderança. Nas gerações anteriores à minha isso teve um peso maior, havia uma predominância masculina", acredita.

Lygia lidera uma pesquisa, abordada no livro, que procura delinear o DNA brasileiro. É uma consequência direta do sequenciamento do genoma humano, que demorou 15 anos para ser feito, custou bilhões de dólares e foi um marco na história da Ciência. "Só que não existe só um genoma humano. Apesar de sermos 99,9% idênticos, esse 0,1% que nos diferencia é que vai nos dar as características individuais", enumera a pesquisadora.

A tecnologia de sequenciamento avançou tanto que hoje você sequencia um genoma hu-

mano por 400 dólares em 24 horas. Isso vem permitindo que vários países sequenciem os genomas de centenas de milhares de pessoas das suas populações. "Isso é fundamental para que a gente entenda as variantes que indicam nossas predisposições às doenças, tome medidas preventivas, ou desenvolva medicamentos mais eficientes", aponta.

Iniciada em 2019, a pesquisa liderada por Lygia tenta "furar uma bolha" detectada pela comunidade científica internacional em 2017: até então as pesquisas nessa área eram feitas só com genomas de gente branca, a partir do sequenciamento feito nos Estados Unidos e na Europa. "Falta diversidade nesses estudos. E se há uma coisa que o Brasil tem é diversidade", explica a professora. "Temos genomas de diferentes povos indígenas, mais os europeus, mais os povos africanos de diferentes regiões que vieram para cá como escravos. E 500 anos de miscigenação e extermínio, sobretudo dos povos indígenas".

Lygia conta que, "cada um de nós, brasileiros, é um mosaico com diferentes frações de DNAs europeus, africanos e indígenas. Temos que colocar o Brasil nesse mapa". A pesquisa de Lygia é capaz de resgatar pedaços de genomas indígenas de populações que já foram extintas. "Temos variações de genomas que ainda não foram descritas nos bancos de dados internacionais. Já conseguimos sequenciar 4 mil genomas e esperamos sequenciar este ano mais 6 mil. Só para uma comparação, a Inglaterra já tem 500 mil".

CIÊNCIA NAS ESCOLAS

Escrito em linguagem coloquial e com muitas ilustrações — feitas por Camilo Martins —, o livro está sendo distribuído a escolas da rede municipal carioca. A linguagem tenta aproximar um público jovem de temas mais afeitos à academia. "Não adianta trazer o público se você mantém uma linguagem elitista. A inclusão também tem a ver com isso. O livro tem um texto atraente, voltado a jovens. A ilustração também é uma forma de deixar mais fácil esse acesso. São pontos que refletem uma política de democracia no acesso à cultura", diz Daniela Chindler. A publicação também está disponível gratuitamente na plataforma Issuu (<https://issuu.com/sapoitiproyetosoculturais/docs/cientistas-brasileiros>) e em áudio book para pessoas com deficiência visual ou sem alfabetização.

Lygia Pereira acredita que a distribuição do livro em esco-

>Três pesquisadoras reconhecidas em todo o mundo, todas egressas da UFRJ, são destaque entre cientistas brasileiros perfilados em livro que está sendo distribuído a escolas da rede pública do Rio



ALAN BRITO

Baiano de Vitória da Conquista, o jovem cientista Alan Alves Brito é destaque por introduzir temas como a política antirracista no ensino de Física e Astronomia. Segundo ele, o tradicional modelo de ensino de Ciências no Brasil exclui as contribuições dos povos originários ou da diáspora africana. Bacharel em Física pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2002), mestre (2004) e doutor (2008) em Ciências (Astrofísica Estelar) pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP, Alan fez estágios de pós-doutorado no Chile e na Austrália, entre 2008 e 2014. É professor adjunto no Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



DUÍLIA DE MELLO

Paulista de Jundiaí, a astrônoma Duília Fernandes de Mello é uma das maiores referências mundiais em Astrofísica Extragaláctica. Bacharel em Astronomia pela UFRJ (1986), mestre pelo Inpe (1988) e doutora pela USP (1995). Duília é radicada nos Estados Unidos, onde é vice-reitora de Estratégias Globais e professora titular do Departamento de Física da Universidade Católica da América, em Washington DC. É pesquisadora do Goddard Space Flight Center, da NASA, desde 2003. Foi responsável pela descoberta da Supernova SN 1997D, no Chile (1997), e participou da descoberta da maior galáxia espiral do universo, a galáxia do Côndor (2013). Desde 2016, coordena o projeto "A Mulher das Estrelas", que busca incentivar mulheres e meninas a seguirem carreiras científicas.



CARLOS NOBRE

O paulistano Carlos Afonso Nobre é um dos mais respeitados pesquisadores do mundo na área de mudanças climáticas, sobretudo pelos seus estudos sobre o bioma amazônico, iniciados na década de 1970. Graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (1974), ele tem doutorado em Meteorologia pelo Massachusetts Institute of Technology (1983), dos Estados Unidos. Ingressou em 1975 no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus, onde atualmente é cientista sênior. É pesquisador do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e diretor científico do Instituto de Estudos Climáticos da Universidade Federal do Espírito Santo.



LYGIA PEREIRA

A carioca Lygia da Veiga Pereira é graduada em Física pela PUC-Rio (1988), tem mestrado em Biofísica pela UFRJ (1990) e doutorado em Ciências Biomédicas pelo Mount Sinai Graduate School, City University of New York (1994). É professora titular e chefe do Laboratório Nacional de Células-Tronco Embrionárias (LaNCE) do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva da USP. Considerada uma das mais renomadas geneticistas do mundo, Lygia fez parte do grupo que criou o primeiro camundongo transgênico do país, produzindo modelos para o estudo de doenças genéticas. Sua pesquisa de extração e multiplicação de células-tronco colocou o Brasil no seleto grupo de países que dominam essa tecnologia.



SUZANA HERCULANO-HOUZEL

Formada em Biologia pela UFRJ (1992), a carioca Suzana Herculano-Houzel tem mestrado pela universidade norte-americana Case Western Reserve (1995), doutorado na França pela Universidade Pierre e Marie Curie (1998) e pós-doutorado na Alemanha pelo Instituto Max-Planck de Pesquisa do Cérebro (1999), todos na área de Neurociências. Foi a primeira cientista a contar o número de neurônios nos cérebros, mostrando em sua pesquisa a relação entre a alimentação e a atividade cerebral. É professora associada da Universidade Vanderbilt, nos Estados Unidos, desde 2016, pesquisando as regras de construção do sistema nervoso central em humanos e outras espécies.

las públicas pode estimular o surgimento de novas vocações na produção científica. "Acho maravilhoso o livro chegar até as crianças. Temos que estimu-

lar a curiosidade delas. Talvez a gente consiga assim cultivar potenciais cientistas nas escolas", enaltece a pesquisadora. Tomara.



MILENE GABRIELA

QUEM ESTUDA QUER CASA

MILENE GABRIELA
comunica@adufjr.org.br

O ano letivo começou com uma boa notícia para uma parte dos alunos. A reitoria acaba de reabrir as 252 vagas do bloco B do alojamento. O imóvel, que estava desativado desde o incêndio de 2017, recebeu mobiliário e equipamentos novos em folha. Os moradores elogiam as instalações e, agora, mais próximos dos cursos, comemoram o ganho de tempo para os estudos. "Contribui para o meu rendimento na faculdade, porque não preciso ficar pensando em deslocamento e segurança", diz Nathaly Gomes, estudante de Engenharia de Bioprocessos, contemplada com uma das novas vagas.

Os módulos foram equipados com pia, armário, despensa, geladeira, máquina de lavar roupas, micro-ondas e mesa com duas cadeiras. Os quartos foram mobiliados com cama box, colchão de solteiro, ventilador de pedestal, mesa, cadeira,

prateleira e armário embutido.

Morada da Gardênia Azul, na Zona Oeste da cidade, Nathaly perdia de duas a três horas no deslocamento para a faculdade. "Antes eu pensava na distância, já que em alguns dias da semana tenho apenas uma aula. Então avaliava se valia a pena sair de casa para assistir a essa aula, porque eu gastava muito tempo no deslocamento".

Mas nem tudo está perfeito. No novo alojamento, cada módulo conta com três quartos, um banheiro e uma pequena cozinha. Um problema apontado pelos estudantes é o compartilhamento dos quartos, que seguiu como critério apenas a ordem alfabética. Em alguns casos, não houve separação entre homens e mulheres.

"No dia da entrega das chaves, uma menina ficou no mesmo módulo com dois meninos. Ela me disse 'O que eu faço? Não estou me sentindo confortável'", diz Nathaly.

Outra crítica é a falta de internet nos quartos — que existe no bloco A. "Tenho prova esta semana, porque meu curso iniciou o período em janeiro, e

estou tendo dificuldades para estudar", disse Nathalia Lima, estudante de Fonoaudiologia.

A solução tem sido se deslocar até a área comum no primeiro andar para fazer uso da rede, disponibilizada para todos pela Secretaria da Residência Estudantil. "Faço o download de todo o material que irei usar para estudar, mas, se surgir alguma dúvida, tenho que voltar ao primeiro andar para pesquisar na internet", conta.

Apesar dos problemas pontuais, as novas instalações deixaram em evidência a situação de infraestrutura do bloco A. Os estudantes relatam buracos no teto, infiltrações, móveis sem utilização espalhados pelos corredores, portas e janelas quebradas. "O banheiro do meu módulo tem um buraco enorme, que cai uma água que eu não sei se é do segundo ou terceiro andar. E nunca foi consertado", desabafa Alessandra Aguiar, do curso de Ciências Sociais. A diferença com os "vizinhos" também é gritante em relação aos equipamentos. "Os moradores do bloco novo ganharam uma máquina de lavar roupas, coisa que nunca tivemos", acrescenta.

PR-7 RESPONDE

A reitoria providencia uma solução paliativa para a falta de internet do bloco B. "Todos os moradores receberão na próxima folha de pagamento um auxílio financeiro para custear

o acesso, até que o processo de instalação da internet esteja concluído", responde Roberto Vieira, pró-reitor de Políticas Estudantis.

O dirigente também esclareceu sobre o compartilhamento dos módulos. Os novos moradores foram avisados de que as solicitações para mudanças de quartos poderão ser feitas na Secretaria da Residência Estudantil, a partir do dia 14.

Roberto informa que mais máquinas de lavar já foram adquiridas e, assim que chegarem, serão entregues. O buraco no teto citado pela estudante está sendo analisado pela empresa de manutenção preventiva e corretiva.

Apesar dos problemas existentes no bloco não reformado, o dirigente aponta as melhorias que foram possíveis desde o início da gestão. Em 2019, o prédio estava sem cercamento e sem rampas de acesso. O laboratório de Informática estava equipado com computadores que mal funcionavam. "Estamos encerrando a gestão com a reconstrução do bloco B concluída, o que representou dobrar o número de moradias. E com a construção das rampas de acesso à portaria e o cercamento também concluídos", explica.

"Todos os computadores foram substituídos por novos equipamentos. Os reservatórios de água foram limpos e, agora, uma empresa fará a análise bacteriológica da água", completa.

Roberto Vieira informa ainda que há projetos em fase final de conclusão para instalação de câmeras de monitoramento, interfones nos módulos e controle eletrônico de entrada e saída do prédio.

INCÊNDIO

Para evitar tragédias como a de 2017, a residência agora conta com uma brigada específica. Uma das preocupações é preparar os estudantes para eventuais incidentes. "Um dos planos em andamento é ter uma preparação para evacuação, mostrar para que serve o extintor e como utilizá-lo. Só estamos esperando os estudantes se estabilizarem", diz o bombeiro civil Luiz Fernando.

TRANS NA UFRJ AINDA SOFREM COM PRECONCEITO

Transexuais e travestis representam menos de 0,1% dos estudantes de graduação, segundo um estudo de 2018 da Andifes. Mas nem mesmo no ambiente universitário eles estão imunes à violência do país que mais mata pessoas trans em todo o mundo. A discriminação sofrida foi uma das razões que fizeram Liege Nonvieri, do sétimo período de Ciências Sociais da UFRJ, desistir da primeira graduação que tentou, na UFF.

"Havia uma quantidade considerável de perseguições reais. A animosidade foi de mais para mim e acabei saindo". Quando se matriculou na UFRJ em 2020, Liege percebeu a comunidade trans mais organizada e a existência de políticas institucionais de apoio. Mas nem todas as violências foram superadas. "Em 2022, por exemplo, a placa que garantia o uso de banheiros neutros no prédio do IFCS foi repetidamente removida", diz.

A estudante também critica a universidade quando os nomes civis de alunos trans são divulgados em processos institucionais. Desde 2015, a UFRJ regularizou o uso do nome social por estudantes transgêneros e travestis em seus registros acadêmicos. "Nunca recorri porque nunca me aconteceu nada em particular. Tenho meus documentos retificados e muito tempo de transição", afirma.

Lucas Oliveira, ex-aluno do curso de Biblioteconomia, diz ter sido ignorado por alguns professores, quando os cumprimentava. Um deles não atribuía a frequência mesmo quando respondia à chamada. Para denunciar casos como este, a Assessoria de Inclusão e Acessibilidade da pró-reitoria de Políticas Estudantis atua em ações de combate à exclusão e opressão a pessoas LGBTQIA+, pretos, pardos e indígenas, mulheres, pessoas com deficiência e pessoas com transtornos no desenvolvimento. Para entrar em contato, envie e-mail para pr7inclusiva@pr7.ufrj.br. (Francisco Procópio)

ALOJAMENTOS PELO MUNDO

NA UNIVERSIDADE DO PORTO.

em uma das maiores cidades de Portugal, o alojamento estudantil é aberto para todos os estudantes. Os bolsistas têm prioridade e desconto. Estrangeiros refugiados podem ser contemplados com as bolsas. As residências se localizam na mesma região dos três campi da instituição. As opções vão de quarto individual a quarto duplo e quarto de casal, com banheiro privativo. Bolsistas pagam 78 Euros. Já os não bolsistas, incluindo os pós-graduandos, de-

mente gratuito. Os estudantes têm direito a quatro refeições da universidade, além de emergência médica e uma equipe multidisciplinar de psicólogos e pedagogos que acompanham os estudantes. O espaço comporta mais de 150 estudantes bolsistas, com cozinha e lavanderia compartilhadas, salas de computadores, de estudos, área comum, bicicletas por empréstimo e espaços de recreação. Há quadra de vôlei, basquete, futebol, e mesa de sinuca. Apesar de o albergue

ser a meia hora da universidade, os bolsistas têm direito a transporte gratuito para o campus.

A UNIVERSIDADE DE OSLO.

capital da Noruega, é pública e gratuita para noruegueses e estrangeiros. Apesar de não contar com bolsas de auxílio, todos os estudantes têm acesso a serviços mais baratos na cidade — fora dos muros da instituição —, como alimentação, médicos, psicólogos, creches, academias e moradia. A universidade mantém acordos

com 23 "vilas estudantis", em um modelo de housing comum a instituições europeias. São mais de 8.900 vagas, e os quartos variam de preço e tamanho, de individuais ou duplos, com áreas compartilhadas ou privadas, ao custo entre 4 mil e 8 mil Coroas Norueguesas. Sem esse acordo, o aluguel de um pequeno apartamento na capital é de 20.000 Coroas. As vilas são próximas aos campi da universidade ou às estações de metrô. (Igor Vieira)